

LEI Nº 928

Dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

AILTON LAUDELINO ANDRADE, Prefeito Municipal de Angelina/ SC, faço saber aos habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º - Esta Lei dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e as normas gerais para a sua adequada aplicação.

Art. 2º - O atendimento dos direitos da criança e do adolescente no Município de Angelina/SC, será feito com absoluta prioridade, através das Políticas Sociais Básicas de Educação, Saúde, Recreação, Esporte, Cultura, Lazer, Profissionalização e outras, assegurando-se em todas elas, o tratamento com dignidade e respeito à liberdade e a convivência familiar e comunitária.

Art. 3º - Aos que delas necessitarem, será prestada assistência social, em caráter supletivo.

Parágrafo único - É vedada a criação de programas de caráter compensatório de ausência ou da insuficiência das políticas sociais básicas no Município, sem a prévia concordância do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 4º - Fica criado pela municipalidade, o serviço da identificação e localização de pais, responsável, crianças e adolescentes desaparecidos.

Art. 5º - O Município proporcionará a proteção jurídico-social aos que dela necessitarem, por meio de entidades de defesa dos direitos da criança e do adolescente.

Art. 6º - Caberá ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, expedir normas para a organização e o funcionamento dos serviços criados nos termos dos artigos 4º e 5º desta Lei.

TÍTULO II

DA POLÍTICA DE ATENDIMENTO

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 7º - A Política de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente será garantida, ainda, através dos seguintes órgãos:

I - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

II - Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

III - Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente.

CAPÍTULO II

DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

SEÇÃO I

DA NATUREZA DO CONSELHO

Art. 8º - Fica criado o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente —

COMDICA, como órgão deliberativo, normativo, consultivo e controlador, em todos os níveis, das ações da política de atendimento, nos termos dos artigos 204 e 227, parágrafo 7º da Constituição Federal e do art. 88, II da Lei Federal n.º 8.069, de 13/07/90.

Parágrafo único - Os atos normativos ou decisórios emanados do COMDICA, serão formalizados sob a denominação da Resolução.

SEÇÃO II

DAS FUNÇÕES DO CONSELHO

Art. 9º - São funções do COMDICA:

I - Formular a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, fixando as prioridades para as ações de atendimento e para a aplicação de recursos do FIA;

II - Deliberar sobre a política de captação e aplicação de recursos do FIA;

III - Zelar para a execução dessa política, atendidas peculiaridades das crianças e dos adolescentes, de suas famílias, de seus grupos de vizinhança e dos bairros ou da zona urbana ou rural em que se localizem;

IV - Formular as prioridades a serem incluídas no planejamento do Município, em tudo que se refira ou possa alertar as condições de vida das crianças e dos adolescentes;

V - Estabelecer critérios, formas e meios de fiscalização de tudo quanto se executa no Município, que possa afetar as suas deliberações;

VI - Receber denúncias, petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa ou entidade, por desrespeito aos direitos assegurados à criança e ao adolescente, dando-lhes o encaminhamento devido;

VII - Registrar as entidades não governamentais de atendimento dos direitos da Criança e do Adolescente, que mantenham programas de:

- a) Orientação e apoio sócio-familiar;
- b) Apoio sócio-educativo em meio aberto;
- c) Colocação familiar;
- d) Abrigo;
- e) Liberdade assistida;
- f) Semi - liberdade;
- g) Internação, fazendo cumprir as normas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente;

VIII - Registrar os programas a que se refere o inciso anterior das entidades governamentais que operem no Município, fazendo cumprir as normas constantes do mesmo Estatuto;

IX - Regulamentar, orientar, coordenar, bem como adotar todas as providências que julgar cabíveis a eleição e a posse dos membros do Conselho Tutelar do Município;

X - Dar posse aos membros do Conselho Tutelar, conceder licença aos mesmos, nos termos do respectivo Regimento Interno e declarar vago o cargo por perda de mandato, nas hipóteses de dois terços (2/3) do total de seus membros;

XI - Elaborar e alterar o seu Regimento Interno, com a aprovação de dois terços (2/3) do total de seus membros;

XII - Desempenhar quaisquer outras atividades, desde que compatíveis com as suas finalidades, para o mais perfeito esgotamento dos objetivos de sua instituição.

SEÇÃO III

DOS MEMBROS DO CONSELHO

Art. 10 - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, vinculado para

efeito de apoio político-administrativo ao Gabinete do Prefeito, é composto de 06 membros, sendo:

I - 03 titulares e seus respectivos suplentes, representando a área governamental, de livre escolha e nomeação do Prefeito Municipal:

- a) Secretaria de Saúde;
- b) Secretaria da Educação, Desporto e Cultura;
- c) Secretaria da Agricultura.

II - 03 titulares e seus respectivos suplentes, indicados pelas seguintes organizações representativas das entidades não governamentais e nomeados pelo Prefeito Municipal:

- a) Associação de Pais e Professores;
- b) APAE;
- c) Pastoral da Saúde.

Art. 11 - O mandato dos Conselheiros é de 2 (dois) anos, facultada uma recondução, sendo o seu exercício considerado de interesse público relevante e não remunerado.

Parágrafo 1º - A limitação quanto à recondução não se aplica aos Conselheiros que exercem cargos de confiança junto ao Poder Executivo Municipal.

Parágrafo 2º - Nas ausências e nos impedimentos dos Conselheiros, substituí-los-ão aos seus suplentes.

SEÇÃO IV

DA PERDA, DO MANDATO E DOS IMPEDIMENTOS

Art. 12 - O Conselheiro que, no exercício da titularidade faltar a duas (2) reuniões consecutivas ou a quatro (4) alternadas, salvo justificativa por escrito, aprovada por maioria simples de seus pares, perderá seu mandato, vedada a recondução para o mesmo período.

Parágrafo 1º - Perdendo o mandato um Conselheiro, representante de órgão ou entidade governamental, o Chefe do Poder Executivo nomeará outro representante do mesmo órgão ou entidade e seu suplente, facultado o aproveitamento do suplente anterior.

Parágrafo 2º - No caso de perda de mandato de Conselheiro não governamental, a entidade indicará novo titular e suplente, facultado o aproveitamento do suplente anterior.

Parágrafo 3º - Executada a posse inicial, dos primeiros Conselheiros, que será dada pelo Prefeito Municipal, em todos os demais casos de renovação de Conselheiros, estes tomarão posse perante seus pares.

Art. 13 - Aplicam-se aos integrantes do COMDICA os mesmos impedimentos previstos nesta Lei para os membros do Conselho Tutelar.

Art. 14 - A apresentação do Conselho será exercida por seu Presidente em todos os atos inerentes a seu exercício.

CAPÍTULO III

DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA - FIA

SEÇÃO I

DA CRIAÇÃO, NATUREZA E RECURSOS DO FIA

Art. 15 - Fica criado o Fundo Municipal dos Direitos da Infância e da Adolescência - FIA, como capitador e aplicador de recursos a serem utilizados segundo as deliberações do Conselho dos Direitos, ao qual está vinculado.

Art. 16 - Os recursos do Fundo serão constituídos de:

I - Doações de contribuintes do Imposto de Renda e outros incentivos governamentais;

II - Dotação configurada anualmente na legislação orçamentária municipal;

III - Doações, auxílios, contribuições, subvenções, transferências e legados de entidades nacionais e internacionais, governamentais e não governamentais;

IV - Remuneração oriunda de aplicações financeiras;

V - Produto das aplicações dos recursos disponíveis e vendas de materiais, publicações e eventos realizados;

VI - Receitas oriundas de multas aplicadas sobre infração que envolva criança e adolescente, respeitadas as competências das esferas governamentais e dos seus repasses ao Município;

VII - Receitas provenientes de convênios, acordos, contratos realizados entre o Município e entidades governamentais, que tenha destinação específica;

VIII - Outros recursos que lhe forem destinados.

SEÇÃO II

DA SEÇÃO DA FIA

Art. 17 Cabe ao gestor do FIA.

I - Registrar os recursos orçamentários próprios do Município ou a ele transferidos em benefício das crianças e dos adolescentes, pelo Estado ou pela União;

II - Registrar os recursos captados pelo Município, através de convênios ou por doações ao Fundo;

III - Manter o controle escritural das aplicações financeiras levadas a efeito no Município, nos termos do Conselho de Direitos;

IV - Liberar os recursos a serem aplicados em benefício de crianças e adolescentes, nos termos das resoluções do Conselho de Direitos;

V - Praticar todos os demais atos necessários a eficiente gestão do FIA, de acordo com as normas em vigor.

Art. 18 - Decreto do Poder Executivo regulamentará a gestão contábil e financeira do FIA, na esfera da Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Parágrafo único - O Presidente do COMDICA será o ordenador de suas despesas, respeitadas as diretrizes e o plano de aplicação dos seus recursos, baixados pela Plenária do Conselho.

CAPÍTULO IV

DO CONSELHO TUTELAR DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

SEÇÃO I

DA CRIAÇÃO E NATUREZA DO CONSELHO

ART. 19 - Fica criado o Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente, como órgão permanente, autônomo e não jurisdicional.

Parágrafo 1º - Estende-se como natureza funcional, a autonomia do Conselho Tutelar, ou seja, em matéria técnica de sua competência, cabe-lhe tomar decisões e aplicar medidas, sem qualquer interferência externa.

Parágrafo 2º - As decisões do Conselho Tutelar somente poderão ser revistas pela autoridade judiciária, se o pedir quem trata legítimo interesse.

Art. 20 - O Conselho Tutelar será composto de cinco membros, com mandato de três (3) anos, permitida uma reeleição.

Art. 21 - Para cada Conselheiro Tutelar haverá no mínimo um suplente.

Art. 22 - Cabe ao Conselho Tutelar, zelar, em nome da comunidade municipal, pelo atendimento dos direitos das crianças e adolescentes, cumprindo as atribuições previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente.

SEÇÃO II

DA ESCOLHA DOS CONSELHEIROS

Art. 23 - São requisitos para candidatar-se a exercer as funções de membro do Conselho Tutelar:

- I - Reconhecida idoneidade moral;
- II - Idade superior a 21 anos;
- III - Residir no Município de Angelina/SC;
- IV - Reconhecida experiência no trato com a defesa ou atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente, comprovado mediante declaração;
- V - Instrução escolar com 2º grau completo.

Art. 24 - Todo o processo para a escolha dos membros do Conselho Tutelar será realizado sob a responsabilidade do COMDICA e a fiscalização do Ministério Público.

Parágrafo único - São considerados eleitores para escolher os membros do Conselho Tutelar, o (a) Diretor (a) e dois professores, escolhidos por pares, de cada Escola da Rede Particular, Estadual e Municipal; os Técnicos da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, Técnicos da Secretaria da Educação, Desporto e Cultura, que exercem função neste Município; dois representantes da APP de cada Escola, Grupos de Idosos, Associação de Moradores, Coordenadoras e duas líderes de cada Comunidade da Pastoral da Saúde; todos devidamente credenciados pela sua Diretoria ou chefia; bem como os membros titulares e suplentes do COMDICA.

Art. 25 - Atendido o disposto nesta Lei, o COMDICA - definirá, por ato próprio, todo o processo de escola, desde o registro das candidaturas, por chapas ou avulsas, forma e prazo para impugnações, os atos preparatórios, o ato eleitoral, a apuração dos votos, a proclamação dos eleitos e a posse dos mesmos.

Parágrafo 1º - O COMDICA elegerá a Comissão da Escolha dos membros do Conselho Tutelar, composta de 03 (três) integrantes, que fará afixar edital na portaria do prédio da Prefeitura Municipal e fará publicá-lo em pelo menos um jornal de grande circulação no Município, até, 90 (noventa) dias do pleito, abrindo prazo para a inscrição das candidaturas, fixando a data do pleito e o local da votação.

Parágrafo 2º - Cabe à Comissão de Escolha organizar e coordenar todos os trabalhos, na forma desta Lei e das Resoluções do COMDICA.

Parágrafo 3º - Os candidatos deverão encaminhar requerimento de inscrição de suas candidaturas junto ao COMDICA, até trinta dias após a publicação do edital de convocação, acompanhado dos documentos comprobatórios dos requisitos de que trata o artigo 23.

Parágrafo 4º - Encerrado o prazo de inscrição o Presidente do COMDICA fará publicar edital no edifício da Prefeitura e na imprensa local com a relação dos inscritos, e declarando aberto o prazo de 10 dias para impugnações a partir da publicação.

Parágrafo 5º - O Presidente da Comissão de Escolha comunicará ao Promotor de Justiça da Infância e da Juventude da Comarca, o início do processo de escolha, encaminhando-lhe cópia do edital e a relação dos inscritos, para a fiscalização de que trata o art. 139 do ECA.

Parágrafo 6º - A impugnação poderá ser apresentada por qualquer cidadão ou entidade de atendimento, defesa ou promoção da criança e do adolescente, ou pelo Promotor de Justiça.

Parágrafo 7º - Havendo impugnação, o candidato será notificado da mesma, podendo apresentar defesa de 05 dias.

Parágrafo 8º - Encerrados os prazos de que tratam os parágrafos anteriores, a Comissão de Escolha analisará, no prazo máximo de 10 dias, os pedidos de inscrição, inclusive as impugnações e defesas se houverem, dando especial atenção aos requisitos dos incisos I e V do artigo 23 desta Lei, mencionando as razões em caso de indeferimento da inscrição, mandando publicar edital com as candidaturas deferidas e notificando as indeferidas aos seus autores.

Parágrafo 9º - Em vista das elevadas responsabilidades do Conselho Tutelar e os prioritários interesses das crianças e dos adolescentes, a Comissão de Escolha deverá examinar a idoneidade do candidato não só em declarações, atestados ou certidões formais, mas também por quaisquer outros meios de prova em direito admitidos, como documentos, testemunhas, perícias e outros, podendo determinar as diligências necessárias para elucidar aspecto relevante.

Parágrafo 10º - Realizada a eleição, para qual deverá ser convidado o Promotor de Justiça da Comarca, sob pena de nulidade, concluída a apuração e proclamados os resultados, o Presidente do COMDICA fará publicar Edital no edifício da Prefeitura, com os nomes dos conselheiros e suplentes escolhidos e seus respectivos sufrágios, encaminhando ata dos resultados ao Chefe do Poder Executivo.

Parágrafo 11º - Das decisões da Comissão nos casos de impugnação de candidaturas ou de votos, cabe recurso ao Plenário do COMDICA.

Parágrafo 12º - Os eleitos serão nomeados pelo Chefe do Poder Executivo e tomarão posse perante este e o COMDICA, entrando em exercício no dia seguinte ao término do mandato de seus antecessores.

Parágrafo 13º - Os primeiros Conselheiros Tutelares tomarão posse e entrarão no exercício da função até, trinta dias após sua escolha.

SEÇÃO III

DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO E DA REMUNERAÇÃO DOS CONSELHEIROS

Art. 26 - O exercício efetivo da função do Conselheiro Tutelar constitui serviço relevante, estabelecerá presunção de idoneidade moral e assegurará prisão especial, em caso de crime comum, até julgamento definitivo.

Art. 27 - O Conselho elaborará o seu Regimento Interno, submetendo-o à aprovação COMDICA.

Art. 28 - Constar da Lei Orçamentária Municipal, previsão de recursos necessários ao funcionamento do Conselho Tutelar.

Art. 29 - O Chefe do Poder Executivo, ouvido o Conselho de Direitos e o Conselho Tutelar, providenciará local adequado para o seu funcionamento, bem como apoio de pessoal e outros meios.

Parágrafo 1º - O COMDICA fixará por resolução, ouvido o Conselho Tutelar, os dias e os horários em que este dará atendimento.

Parágrafo 2º - A atuação do Conselho Tutelar, porém será permanente, ou seja, contínua e ininterrupta, atendendo os casos urgentes em qualquer dia e horário, na forma do seu Regimento Interno.

Art. 30 - As funções de Conselheiro Tutelar poderão ser remuneradas.

Parágrafo 1º - Caso, o volume de trabalho que vier a ser desenvolvido o justifique e havendo solicitação do COMDICA, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a fixar, por Decreto, uma remuneração compatível com suas funções.

Parágrafo 2º - Tal remuneração será proporcional à média das horas semanais que se

verificarem necessárias ao desempenho das funções, e terá como parâmetro, o piso salarial do Município.

Parágrafo 3º - Tratando-se de agentes públicos, eleitos para mandato temporário, os Conselheiros Tutelares não adquirem, ao termino do seu mandato, qualquer direito a indenizações, nem à efetivação ou estabilidade nos quadros da administração pública municipal.

Parágrafo 4º - Elegendo-se algum funcionário público municipal, considerar-se-ão justificadas as ausências de suas funções efetivas, sempre que estiver a serviço do Conselho Tutelar; e caso seja remunerado o cargo de Conselheiro Tutelar, fica-lhe facultado optar pelos vencimentos e vantagens de seu cargo efetivo, vedada, em qualquer hipótese, a acumulação de remuneração de suas funções.

SEÇÃO IV

DA PERDA DO MANDATO E DOS IMPEDIMENTOS DOS CONSELHEIROS

Art. 31 - Perderá automaticamente o mandato, o Conselheiro Tutelar que for condenado por sentença irrecorrível, pela pratica de crime ou contravenções, ou que deixar de residir no município de Angelina/SC.

Art. 32 - Poderá, ainda, ser cassado o mandato do Conselheiro Tutelar em caso de grave desídia no cumprimento dos deveres do seu cargo, apurando-se o fato de inquérito administrativo cuja instauração dependerá do voto da maioria absoluta dos membros do COMDICA, e desde que haja votação favorável à cassação pela maioria qualificada de dois terços (2/3) do colegiado pleno, facultada ampla defesa.

Art. 33 - Em qualquer uma das hipóteses dos artigos anteriores, bem como nos casos de morte ou renúncia, o COMDICA deverá declarar vago o cargo e convocar a respectivo suplente, no caso de chapas, ou o suplente mais votado, no caso de candidaturas avulsas.

Art. 34 - São impedidos de servir no mesmo Conselho, marido e mulher, ascendentes e descendentes, sogro e genro ou nora, irmãos, cunhados, durante o cunhado, tio e sobrinho, padrasto e madrasta e enteado.

Parágrafo único - Entende-se o impedimento do Conselheiro na forma deste artigo, em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude, em exercício na Comarca.

TÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 35 - No prazo máximo de 90 (noventa) dias da publicação desta Lei, o Chefe do Poder Executivo nomeará e dará posse aos novos Conselheiros do COMDICA indicados na forma do art. 11, reunindo-se estes, no prazo de 5 (cinco) dias, para eleger sua Diretoria, composta de Presidente, Vice-Presidente, Secretário e Tesoureiro e elaborar seu Regimento Interno.

Art. 36 - Após a posse da nova diretoria do COMDICA, será realizada no prazo máximo de 90 (noventa dias) nova eleição para os conselheiros tutelares deste município, de acordo com os termos desta lei.

Art. 37 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 38 - Revoga-se as Leis Municipais n.ºs. 749/97; 837 e 838 de 2001 e as demais disposições em contrário.

Angelina, 17 de junho de 2004.

AILTON LAUDELINO ANDRADE
PREFEITO MUNICIPAL